



ARGENTINA

Inconformismo nas ruas e medidas extras

Sindicatos mobilizam milhares em Buenos Aires com o objetivo de pressionar a Justiça a derrubar os planos de ajuste de Milei. Presidente envia novo projeto ao Congresso e diz que convocará plebiscito se pacote for rejeitado

Millhares de argentinos voltaram às ruas de Buenos Aires, ontem, contra o recém-empossado governo de Javier Milei. Na terceira manifestação em repúdio ao superpacote de ajuste do presidente ultralibertário, cerca de 20 mil pessoas desafiaram as restrições impostas a protestos e marcharam até o Palácio da Justiça, sede da Suprema Corte. Convocados pelas lideranças das principais centrais sindicais, pediram a declaração de inconstitucionalidade do Decreto de Necessidade e Urgência (DNU), que impulsiona uma profunda desregulação econômica no país.

O Congresso, onde o governo tem a terceira minoria, pode invalidar o decreto, mas é um trâmite que levaria vários meses. Na noite de terça-feira, em entrevista a uma emissora de televisão argentina, Milei afirmou que, se o Parlamento rejeitar o DNU, ele “convocará um plebiscito”.

“Eles não conseguem aceitar que perderam, que o povo escolheu outra coisa”, repreendeu. Pela Constituição, porém, caso uma consulta seja convocada pelo Executivo, ela é sempre não vinculante. As declarações do presidente seriam, assim, uma forma de marcar posição política.

Emergência

Enquanto a marcha seguia pela capital, o porta-voz de Milei, Manuel Adorni, anunciava o envio de um outro pacote de medidas ao Congresso para ser discutido em sessões extraordinárias. “O texto inclui reformas profundas, necessárias e urgentes em questões tributárias, trabalhistas, criminais, energéticas e eleitorais”, assinalou Adorni, em uma coletiva de imprensa. Entregue ao Parlamento pelo ministro do Interior, Guillermo Francos, o projeto, com 664 artigos, declara emergência pública até 31 de dezembro de 2025.

Segundo Adorni, trata-se de um complemento ao DNU, divulgado na semana passada. Na ocasião, argentinos também foram às ruas, com panfletos, para protestar contra as medidas, que incluem a revogação de normas trabalhistas, privatização de empresas e alterações de leis. “Os senadores e deputados da nação terão que escolher

AFF



Multidão em frente ao Palácio da Justiça, ponto final da marcha que reuniu cerca de 20 mil pessoas no terceiro protesto contra "decretaço" do governo

AFF



Manifestantes entram em confronto com a polícia: seis detidos

se vamos em direção à liberdade, para acabar com essa decadência”, disse, em referência à crise no país.

A mobilização de ontem foi convocada pela Confederação Geral do Trabalho (CGT), pelo Sindicato dos Trabalhadores da

Construção (UOCRA) e pela Associação dos Trabalhadores do Estado (ATE), entre outros. Organizações sociais também aderiram à mobilização.

Há duas semanas, poucos dias após tomar posse, Milei adotou

um protocolo com restrições à realização de protestos, inclusive suspendendo benefícios sociais de quem participar dos atos. Com policiamento reforçado, houve confrontos e detenções.

Aos gritos de “a pátria não se vende” e agitando bandeiras argentinas, os manifestantes apoiaram a petição entregue pelas centrais sindicais à Justiça contra o decreto que inclui a reforma de mais de 300 leis e que entrará em vigor amanhã, no âmbito de um forte ajuste fiscal.

“Não questionamos a legitimidade do presidente Milei, mas queremos que respeite a divisão dos poderes. Os trabalhadores têm a necessidade de defender seus direitos quando há uma inconstitucionalidade”, disse à imprensa Gerardo Martínez, secretário-geral do sindicato da construção, um dos líderes da manifestação em frente ao Palácio dos Tribunais de Buenos Aires.

“Vimos dizer ‘não’ ao decreto porque ignora um dos poderes do Estado, o Congresso”, disse à agência de notícias France Presse (AFP) Adrián Grana, um dos manifestantes, para quem a iniciativa presidencial “é um decálogo para favorecer os poderosos em detrimento do povo”.

Diálogo

O “decretaço”, como vem sendo chamado pelos argentinos, limita o direito à greve, modifica convênios trabalhistas e o sistema de indenizações por demissão, redefine a jornada de trabalho, abre as portas à privatização de empresas públicas e revoga leis de proteção aos consumidores contra aumentos dos preços, num momento em que a inflação passa de 160% e a pobreza atinge mais de 40% da população.

“Hoje (ontem), nós nos voltamos para a Justiça, mas há outro



Eles não conseguem aceitar que perderam, que o povo escolheu outra coisa”

Javier Milei,
presidente da Argentina

capítulo centrado no Congresso, que terá que fazer um debate profundo (sobre o conteúdo do decreto), observou Martínez. O dirigente sindical instou o governo a “formar uma mesa coletiva de diálogo tripartite com empresários e sindicatos, como tiveram outros países que atravessaram um ajuste severo”.

Entre os pontos polêmicos do decreto estão a revogação da lei de mobilidade da aposentadoria e da que regula os aluguéis. O DNU também libera o preço de comissões bancárias e taxas punitivas para dívidas e permite aos clubes esportivos se tornarem sociedades anônimas.

“O decreto é destrutivo de todos os direitos trabalhistas. O povo argentino elegeu Milei como presidente da nação, não como imperador”, criticou Martín Lucero, um professor de 45 anos que veio de Rosário apoiar a marcha. Ainda na semana passada, a Justiça abriu um expediente para analisar uma ação coletiva contra o decreto.

Javier Milei, que assumiu o cargo em 10 de dezembro, convocou o Congresso a celebrar sessões extraordinárias que foram instaladas anteontem para tratar leis complementares ao decreto, como as reformas de impostos e lei eleitoral, entre outras.

Milei também encerrou por decreto cerca de 7 mil contratos de funcionários públicos no âmbito da redução dos gastos do Estado, que visa a chegar ao equivalente a 5% do Produto Interno Bruto (PIB). “Todas as medidas me atravessam em cheio, vão nos matar de fome”, disse Sofía Julián, 33 anos, que vive na periferia sul de Buenos Aires. “Estamos unidos e organizados e vamos continuar lutando para nos opor às decisões que este governo tomar contra o povo argentino”, acrescentou.

ESTADOS UNIDOS

Crise migratória leva Blinken ao México

O secretário de Estado americano, Antony Blinken, desembarcou, ontem, no México com a expectativa de obter avanços para contornar a crescente onda migratória, que já se tornou uma das principais dores de cabeça do presidente Joe Biden. Todos os dias, cerca de 10 mil migrantes, segundo autoridades norte-americanas, tentam entrar ilegalmente nos Estados Unidos através da fronteira sul. O número é quase o dobro do registrado antes da pandemia da covid-19.

Incomum por acontecer na semana do Natal, a visita do chefe da diplomacia americana foi marcada repentinamente, em um momento em que o Partido Republicano pressiona Biden para que adote medidas contra a migração em troca da aprovação, por parte de seus congressistas,

de novas ajudas para a Ucrânia.

Na semana passada, o presidente mexicano, Andrés Manuel López Obrador, conversou por telefone sobre a questão com Biden, que concordou em enviar Blinken. O secretário de Estado chegou à Cidade do México acompanhado do secretário de Segurança Doméstica, Alejandro Mayorkas, e da responsável de imigração da Casa Branca, Liz Sherwood.

“Estamos nos ajudando muito. Vamos continuar fazendo isso e queremos chegar a um acordo, porque, como há eleições nos Estados Unidos, vai-se estimular a questão da imigração”, disse o presidente mexicano, ontem, antes da reunião com as autoridades americanas.

O porta-voz do Departamento de Estado, Matthew Miller,

AFF



Acampamento de migrantes em Tlhuac, na Cidade do México

anunciou que a delegação dos EUA discutirá com o presidente mexicano a “necessidade urgente de vias legais e ações adicionais” em relação à migração. Recentemente, Washington fechou algumas passagens fronteiriças com o México para concentrar

os seus esforços na entrada de migrantes.

O México concordou com Biden e com o seu antecessor, o republicano Donald Trump, em acolher, pelo menos temporariamente, migrantes que tentassem entrar nos Estados Unidos.

Michigan ao lado de Trump

Depois do veto da Justiça do Colorado, Donald Trump obteve uma decisão favorável à sua candidatura nas eleições presidenciais de 2024. A Suprema Corte de Michigan rejeitou, ontem, um recurso que pedia a desqualificação do ex-presidente para as primárias republicanas nesse estado por seu papel na invasão do Capitólio, há três anos, protagonizada por apoiadores.

Numa sentença breve, a mais alta corte de Michigan manifestou que “não estava convencida de que as questões apresentadas deveriam ser respondidas por esse tribunal”. Instâncias inferiores do estado já haviam rejeitado o caso por motivos de procedimento processual. Na prática, isso significa que não se abordou a questão sobre se Trump participou, ou não, da insurreição.

Até o momento, o grande favorito dos republicanos para

2024, Trump celebrou a decisão de Michigan e classificou as tentativas de tirá-lo da disputa como “uma manobra patética para fraudar a eleição”.

Essa é a mais recente de uma série de contestações legais apresentadas em vários estados norte-americanos para impedir que Trump apareça nas cédulas de votação das primárias, em decorrência das ações para reverter sua derrota para o democrata Joe Biden em 2020 e dos distúrbios em Washington, D.C., em janeiro de 2021.

Os recursos se baseiam na 14ª Emenda da Constituição americana, segundo a qual os funcionários que juram apoiar a Carta Magna podem ser impedidos de ocupar cargos futuros, se for comprovada a “participação em uma insurreição”.

A decisão se contrapõe ao anúncio recente da Suprema Corte do Colorado, que ordenou a exclusão de Trump das cédulas para as primárias. O caso deve voltar a ser examinado pelo tribunal na próxima semana.